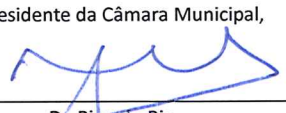


20. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS:

Submete-se para conhecimento dos Órgãos Municipais informação sobre a respetiva situação económica e financeira, em cumprimento do disposto na alínea d), n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, conforme documentos que se anexam.

PARECERES/INFORMAÇÕES	<p>DESPACHOS/DELIBERAÇÕES</p> <p>Proceder em conformidade.</p> <p><u>21/12/10</u></p> <p>O Presidente da Câmara Municipal,</p>  <p>Dr. Ricardo Rio</p>
-----------------------	--

INFORMAÇÃO N.º : DC27	DATA: 03/12/2021
-----------------------	------------------

ASSUNTO:	Demonstrações Financeiras Semestrais
----------	--------------------------------------

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2021 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Assim, embora os presentes documentos não tenham a profundidade nem a extensão da informação prestada no final do exercício, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem, no essencial, aos aplicados no final do mesmo.

Tendo presente que os objetivos do relato financeiro pelas entidades públicas, preconizados no diploma legal vigente, são entre outros proporcionar informação sobre essas entidades que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para tomada de decisões, o Município de Braga divulga, à data de 30 de junho de 2021, o Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas.

Câmara Municipal de Braga				
Balço em 30 de junho de 2021			Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	30/06/2021	31/12/2020	
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		477 790 573,11 €	479 772 397,28 €	
Propriedades de investimento		2 127,90 €	- €	
Ativos intangíveis		270 875,98 €	244 597,63 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Participações financeiras		64 937 421,48 €	64 937 421,48 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Diferimentos		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	
Outras contas a receber		15 593 619,07 €	15 593 619,07 €	
		558 594 617,54 €	560 548 035,46 €	
Ativo corrente				
Inventários		366 923,22 €	444 478,13 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 421 404,09 €	1 421 089,29 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		485 358,33 €	168 439,99 €	
Estado e outros entes públicos		- €	12,59 €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Outras contas a receber		38 210 569,59 €	35 270 352,76 €	
Diferimentos		2 181 976,43 €	2 181 976,43 €	
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	
Caixa e depósitos		8 503 225,24 €	2 848 198,21 €	
		51 169 456,90 €	42 334 547,40 €	
Total do Ativo		609 764 074,44 €	602 882 582,86 €	

PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		192 159 694,49 €	192 159 694,49 €
Ações (quotas) próprias		- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €
Reservas		9 279 576,85 €	9 279 576,85 €
Resultados transitados		207 583 714,78 €	206 116 634,61 €
Ajustamentos em ativos financeiros		18 982 794,21 €	18 982 794,21 €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações no Património Líquido		111 889 723,29 €	108 685 922,71 €
Resultado líquido do período		1 749 757,21 €	2 192 875,82 €
Dividendos antecipados		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €
Total do Património Líquido		541 645 260,83 €	537 417 498,69 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		10 175 089,16 €	10 175 089,16 €
Financiamentos obtidos		18 031 306,97 €	18 041 950,66 €
Fornecedores de investimentos		- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €
Fornecedores		- €	- €
Outras contas a pagar		1 992 786,29 €	1 920 589,29 €
		30 199 182,42 €	30 137 629,11 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		494 296,36 €	45 327,92 €
Fornecedores		9 740 932,22 €	9 693 872,11 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		291 600,00 €	291 600,00 €
Estado e outros entes públicos		687 552,92 €	370 077,00 €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Financiamentos obtidos		9 383 409,23 €	6 496 109,23 €
Fornecedores de investimentos		1 944 855,23 €	5 502 893,78 €
Outras contas a pagar		12 845 586,90 €	10 339 628,56 €
Diferimentos		2 531 398,33 €	2 587 946,46 €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €
		37 919 631,19 €	35 327 455,06 €
Total do Passivo		68 118 813,61 €	65 465 084,17 €
Total do Património Líquido e Passivo		609 764 074,44 €	602 882 582,86 €

Câmara Municipal de Braga

Demonstração de Resultados por naturezas do período findo em 30 de junho de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2021	30/06/2020
Impostos, contribuições e taxas		29 558 703,02 €	26 383 445,78 €
Vendas		8 808,73 €	10 024,55 €
Prestações de serviços e concessões		484 053,73 €	710 548,98 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades contr/as, assoc. e empreend. conj.		- €	- €
Transferências e subsídios correntes obtidos		17 320 252,80 €	16 997 961,85 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 262 756,09 €	- 123 979,41 €
Fornecimentos e serviços externos		-10 700 670,72 €	- 8 539 584,22 €
Gastos com pessoal		-17 096 192,37 €	-14 587 300,69 €
Transferências e subsídios concedidos		-12 008 388,70 €	-10 561 285,32 €
Prestações sociais		- €	- €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- 164 243,70 €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos		3 478 990,34 €	2 540 956,52 €
Outros gastos		- 1 237 497,51 €	- 216 450,07 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 545 303,23 €	12 450 094,27 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		- 7 799 463,68 €	- 7 791 946,17 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 745 839,55 €	4 658 148,10 €
Juros e rendimentos similares obtidos		66 569,38 €	63 452,65 €
Juros e gastos similares suportados		- 62 651,72 €	- 164 507,59 €
Resultado antes de impostos		1 749 757,21 €	4 557 093,16 €
Imposto sobre o rendimento		- €	- €
Resultado líquido do período		1 749 757,21 €	4 557 093,16 €
Detentores do capital da entidade-mãe		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Assim, remetem-se as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2021, preparadas pela Divisão de Contabilidade, bem como parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE,



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

MUNICÍPIO DE BRAGA

1.º Semestre de 2021



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
- III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
- VIII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo do **Município de Braga** (a entidade ou o Município) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade. Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2021.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 609 764 074 euros e um total de património líquido de 541 645 261 euros, incluindo um resultado líquido de 1 749 757 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 51 073 138 euros de despesa paga e um total de 90 111 126 euros de receita cobrada) que nos foram apresentados pelo órgão executivo relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

Importa referir que o processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), iniciado no exercício de 2020, ainda não se encontra integralmente concluído, quer quanto à identificação e quantificação dos ajustamentos de transição, quer quanto ao cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo normativo contabilístico em termos de contabilidade orçamental e de gestão (levando em linha de conta a aplicação supletiva da IPSAS 33, quanto ao período de 3 anos para o processo de transição).

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do órgão executivo:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2021, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2021.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

O quadro seguinte reflete as rubricas de balanço, em termos agregados por contas de razão, a 30 de junho de 2021:



Rubricas	Natureza	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020	Var. Jun. 21/ Dez. 20	
11 - Caixa	D	16 351,68	14 614,38	1 737,30	12%
12 - Depósitos à ordem/13- Outros depósitos	D	8 486 873,56	2 833 583,83	5 653 289,73	200%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	C	494 296,36	45 327,92	448 968,44	990%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	D	1 421 404,09	1 421 089,29	314,80	0%
21 - Clientes, contribuintes e utentes (líquido de imparidades)	D	485 358,33	168 439,99	316 918,34	188%
22 - Fornecedores	C	9 740 932,22	9 693 872,11	47 060,11	0%
24 - Estado e outros entes públicos (valor líquido)	C	687 552,92	370 064,41	317 488,51	86%
25 - Financiamentos obtidos	C	27 414 716,20	24 538 059,89	2 876 656,31	12%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo devedor)	D	53 804 188,66	50 863 971,83	2 940 216,83	6%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo credor)	C	17 074 828,42	18 054 711,63	-979 883,21	-5%
28 - Diferimentos	D	2 181 976,43	2 181 976,43	0,00	0%
28 - Diferimentos	C	2 531 398,33	2 587 946,46	-56 548,13	-2%
29 - Provisões	C	10 175 089,16	10 175 089,16	0,00	0%
3 - Inventários	D	366 923,22	444 478,13	-77 554,91	-17%
41 - Investimentos financeiros	D	64 937 421,48	64 937 421,48	0,00	0%
42 - Propriedades de investimento	D	2 127,90	0,00	2 127,90	
43 - Ativos Fixos Tangíveis	D	448 253 432,65	455 667 407,17	-7 413 974,52	-2%
44 - Ativos Intangíveis	D	270 875,98	244 597,63	26 278,35	11%
45 - Investimentos em curso	D	29 537 140,46	24 104 990,11	5 432 150,35	23%
51 - Património/capital	C	192 159 694,49	192 159 694,49	0,00	0%
55 - Reservas	C	9 279 576,85	9 279 576,85	0,00	0%
56 - Resultados Transitados	C	207 583 714,78	206 116 634,61	1 467 080,17	1%
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	C	18 982 794,21	18 982 794,21	0,00	0%
59 - Outras variações no património líquido	C	111 889 723,29	108 685 922,71	3 203 800,58	3%
Resultado Líquido	C	1 749 757,21	2 192 875,82	-443 118,61	-20%

1. A rubrica de **Devedores e Credores por Transferências, subsídios e Empréstimos Bonificados** resulta de dívida às freguesias ao abrigo dos contratos interadministrativos, relativos a atividades escolares – refeições, apoios culturais e desportivos e dos valores a receber dos fundos comunitários para a realização de investimento.
2. O saldo de **Clientes** inclui a rubrica de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 2 267 364€, para o qual já foi constituída perda por imparidade da totalidade do valor.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor na utilização dos softwares dos vários serviços que originam rédito para o Município, e para a importância de procedimentos de integração automática dessa informação na Contabilidade, a fim de garantir com mais fiabilidade o valor dos rendimentos e respetiva dívida.



3. O saldo significativo da rubrica de **Fornecedores** é composto fundamentalmente pela obrigação assumida para com as empresas participadas, referente quer aos contratos programa, quer ao contrato de concessão em regime de exclusividade do serviço público de transporte rodoviário de passageiros celebrado com a participada TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., relativos ao exercício de 2021. Para além disso, a referida rubrica inclui ainda passivos do Município relativos a débitos às empresas de energia e débitos dos alugueres das tendas para o mercado municipal temporário.
4. O saldo referente a financiamentos obtidos apresenta uma variação significativa por incluir, de acordo com o novo normativo, os montantes reconhecidos na a/c 20.4 - **Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis**.

Estes empréstimos bonificados foram aplicados nas seguintes obras:

- Norte-05-2316-FEDER-000067-Reab. Mercado Municipal;
- Norte-05-1406-FEDER-000101-Prom.Mobilidade Pedonal;
- Norte-08-5673-FEDER-000145 - Escola Secundária Maximinos

5. A rubrica de **Outras Contas a Receber e a Pagar** (saldo devedor) advém substancialmente de: (i) outros acréscimos de rendimentos, IMI e derrama especializados em 2020 e que ainda não foram totalmente recebidos, bem como IMT e IUC de junho recebidos no mês de julho; (ii) dividendos atribuídos pela empresa participada – Agere, E.M. – no montante de 14 823 167€; (iii) saldo de clientes transferido do antigo SMAS para a Agere – 770 103€; e rendas e concessões no valor de 302 438€ – SGEB.
6. O saldo global da conta de **Outras Contas a Receber e a Pagar** (saldo credor) inclui essencialmente as seguintes situações: (i) saldo de fornecedores de imobilizado, no montante de 1 944 855 euros; (ii) credores por acréscimos de gastos - estimativa de férias, subsídio de férias e de Natal do 1º semestre, no montante de 4 161 612 euros e outros acréscimos de gastos referentes a transferências correntes concedidas para fornecimentos e serviços externos, no valor de 2 501 813 euros. Inclui ainda os saldos do adiantamento por conta de lucros realizado pela participada Agere – 425 000 euros e o saldo em dívida à SGEB, decorrente das rendas, no montante de 1 535 924 euros.



7. Com a aplicação informática (AIRC) o Município iniciou a construção de um ficheiro/detalhe de inventários, no qual regista todas as compras e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, tendo em vista o cômputo dos gastos incorridos e o apuramento do saldo de **Inventários** atualizado, rigoroso e fidedigno.
8. O saldo da rubrica de **Provisões** advém de processos judiciais em curso, dos quais se destacam essencialmente os processos instaurados pelos autores "Assoc – Obras Públicas, Ace", no valor de 3 340 041€, e "Souto Moura- arquitetos, Lda", no valor de 5 000 000€. As provisões para riscos e encargos são reconhecidas tendo em consideração a expectativa de desfecho dos processos, baseada na melhor informação disponível à data e no parecer técnico e atualizado dos advogados do Município.
9. A rubrica de **Investimentos financeiros** reflete os investimentos nas entidades controladas, cujas participações estão maioritariamente mensuradas ao MEP – Método de equivalência patrimonial. Os investimentos em outras entidades resultam do **FAM – Fundo de Apoio Municipal**, no montante de 2 504 241€, sendo este um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, legalmente estabelecido, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.
10. Na rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** destacamos fundamentalmente os investimentos nas infraestruturas rodoviárias e outros de bens de domínio público, em terrenos e recursos naturais, habitações e edificações para serviços, e nas piscinas e complexos desportivos.
11. Os investimentos em **Imobilizado em curso** tiveram um incremento considerável em relação ao período anterior, resultante, em grande medida, da Inserção de rede pedonal e ciclável no Centro Urbano de Braga, da Requalificação dos Arruamentos do Parque Industrial de Padim da Graça, Reabilitação e Ampliação do Mercado Municipal, Parque de Campismo de Braga - Requalificação Sanitários e Balneários e nas Obras delegadas nas juntas de freguesia.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor e tempestividade na comunicação das datas de conclusão das obras. Os departamentos que acompanham as obras têm de remeter para os serviços de Contabilidade e para a área do Património o auto de



reção provisória da obra, a fim de se proceder à reclassificação da mesma para Ativos Fixos Tangíveis (firme) e dessa forma, o ativo passar a estar disponível para uso, sendo portanto, sujeito a depreciações.

12. O saldo da rubrica de **Outras variações no património líquido** sofreu um aumento significativo, explicado pelo reconhecimento do fundo de equilíbrio financeiro aplicado em investimento e essencialmente pelas transferências e subsídios de capital para as seguintes obras:

- PONorte 2020 - Reabilitação da Escola Secundária Maximinos;
- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

No quadro seguinte apresenta-se os gastos e rendimentos do primeiro semestre de 2021:

Rubricas	Natureza	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2021	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2020	Var. Jun. 21/ Jun. 20	
				Absoluta	%
60- Transferências e subsídios concedidos	D	-12 008 388,70	-10 561 285,32	-1 447 103,38	14%
61- CMVMC	D	-262 756,09	-123 979,41	-138 776,68	112%
62 - Fornecimentos e serviços externos	D	-10 700 670,72	-8 539 584,22	-2 161 086,50	25%
63 - Gastos com o pessoal	D	-17 096 192,37	-14 587 300,69	-2 508 891,68	17%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	D	-7 799 463,68	-7 791 946,17	-7 517,51	0%
65 - Perdas por imparidade	D	0,00	-164 243,70	164 243,70	-100%
68 - Outros gastos	D	-1 237 497,51	-216 450,07	-1 021 047,44	472%
69 - Gastos por juros e outros encargos	D	-62 651,72	-164 507,59	101 855,87	-62%
70 - Impostos, contribuições e taxas	C	29 558 703,02	26 383 445,78	3 175 257,24	12%
71 - Vendas	C	8 808,73	10 024,55	-1 215,82	-12%
72 - Prestações de serviços e concessões	C	484 053,73	710 548,98	-226 495,25	-32%
74 - Trabalhos para a prp empresa	C	0,00	0,00	0,00	
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	C	17 320 252,80	16 997 961,85	322 290,95	2%
76 - Reversões	C	0,00	0,00	0,00	
78 - Outros rendimentos	C	3 478 990,34	2 540 956,52	938 033,82	37%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	C	66 569,38	63 452,65	3 116,73	5%
Resultado Líquido	C/D	1 749 757,21	-4 557 093,16	-2 807 335,95	62%



1. Em relação à rubrica de **Fornecimentos e serviços externos**, constatamos que os itens que apresentam montantes mais significativos são os seguintes:
 - Iluminação pública e eletricidade;
 - Estudos, pareceres e consultoria jurídica;
 - Publicidade, Comunicação e Imagem;
 - Conservação e Reparação;
 - Trabalhos especializados;
 - Encargos de cobrança;
 - Rendas e Alugueres;
 - Serviços Culturais;
 - Outros Serviços;
 - Outros fornecimentos e serviços.
2. Na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes**, verificamos que estão reconhecidos essencialmente subsídios para freguesias, ao abrigo dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos, verbas referentes a refeições para o 1º ciclo e para o pré-escolar e subsídios destinados a instituições sem fins lucrativos, suportados por protocolos de colaboração. Estão ainda reconhecidos subsídios a empresas municipais e intermunicipais que decorrem dos contratos programa celebrados com a Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – 1 150 000€, InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. – 339 334€, Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. – 1 754 680€ e do contrato de concessão com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., em vigor durante 10 anos, no valor global de 60 389 935€, valor anual - 6 038 994€.
3. Para os **Gastos de depreciação e amortização** foi estimado e especializado 50% do valor das depreciações/amortizações do exercício anterior.
4. A conta de **Impostos, contribuições e taxas** reflete os valores do IMI e derrama especializados neste 1º semestre, e que somente serão recebidos a partir de 2022, bem como as verbas recebidas de IUC e IMT. Inclui ainda os montantes recebidos referentes às taxas específicas das autarquias locais, essencialmente relacionados com loteamentos e obras.



5. Constatámos que tem havido um progresso no rigor subjacente ao reconhecimento dos rendimentos que resultam das **vendas, prestações de serviços e taxas específicas das autarquias locais**. Todavia, continua a persistir dificuldades em validar a sua plenitude, do ponto de nível contabilístico, nomeadamente devido à existência de diversas subcontas designadas como “Outros”, o que dificulta o cruzamento para as listagens de faturação. Com vista a uma melhor análise desta área, sugerimos que as listagens de faturação de todos os departamentos apresentem uma coluna com as respetivas subcontas associadas ao serviço prestado. Para garantir e melhorar o controlo das **taxas específicas do município - loteamentos e obras** sugerimos que o Município utilize na íntegra a aplicação específica – **SPO- Sistema de processos de obras**, desenvolvida para a gestão dos processos a fim de garantir uma boa gestão e planeamento dos mesmos. A utilização da referida aplicação de forma apropriada e integral permitirá ao Município obter a desmaterialização dos processos de urbanismo, garantindo o seu registo, tramitação e consulta de forma eletrónica, e possibilitando também a emissão das faturas de forma automática (e não manual). Alertamos ainda para a importância da segregação de funções no cálculo das taxas.
6. As **Transferências e subsídios obtidos** derivam do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Fundo Emergência Municipal, Fundo Participação Fixa no IRS) e de outros subsídios (DREN, IEFP, Seg. Social e Fundo Social Europeu).
7. Os trabalhos que o Município realiza para si mesmo (**Trabalhos para a própria entidade**), sob administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível, não foram reconhecidos no primeiro semestre de 2021, sendo essa análise efetuada apenas no final do exercício.
8. A conta de **Outros Rendimentos** evidencia fundamentalmente neste primeiro semestre: (i) ganhos em rendas de terrenos concessionados à EDP; e (ii) transferências de capital que resultam dos subsídios ao investimento, agora em SNC-AP reconhecidos numa rubrica do património líquido.



VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:

		30/jun/21	31/dez/20
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	795%	821%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Líquido	89%	89%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,35	1,20
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,22	0,08
Rendibilidade Económica	Resultado Líquido/Ativo Líquido	0,29%	0,39%
Rendibilidade Financeira	Resultado Líquido/Fundo Patrimonial	0,32%	0,41%
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	11%	12%

Q. 4. Indicadores de dependência

		30/jun/21	30/jun/20
Dependência económica total	Rendimentos com origem no município/Gastos Totais	-68,33%	70,48%
Dependência económica de transferências e subsídios	Rendimentos com origem no município de transferências e subsídios/Rendimentos Totais	34,02%	36,39%

VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa preparados pelo Município decorrem os resumos evidenciados nos quadros abaixo:



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

DESCRIÇÃO	Previsões anuais corrigidas	Receitas por cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Anulações	Receitas cobradas Bruta do período	Reembolsos / restituições	Receita cobrada líquida de períodos anteriores	Receitas cobradas Líquida do período corrente	Grau de execução do período corrente
RECEITAS CORRENTES	106 094 781,00	3 166 586,48	79 884 829,45	1 345 114,89	78 803 522,58	768 358,25	170 016,18	78 035 164,33	73%
01. Imposto diretos	48 206 000,00	592 320,05	38 405 873,86	282 939,19	38 405 873,86	682 439,61	80 283,48	37 723 434,25	78%
04. Taxas, multas e outras penalidades	5 091 000,00	1 325 073,58	5 148 200,45	418 917,68	4 718 971,58	45 144,01		4 673 827,57	90%
05. Rendimentos da propriedade	10 915 000,00	177 438,00	3 260 546,46	-	3 245 335,71	-		3 245 335,71	30%
06. Transferências correntes	40 094 781,00	1 612,25	31 925 621,17	612 167,81	31 313 453,36	-		31 313 453,36	78%
07. Venda de bens e serviços correntes	1 421 000,00	763 980,54	1 013 604,48	28 295,44	976 522,48	7 542,74	56 500,81	968 979,74	64%
08. Outras receitas correntes	367 000,00	306 162,06	130 983,03	2 794,77	143 365,59	33 231,89	33 231,89	110 133,70	27%
RECEITAS DE CAPITAL	33 878 809,00	498 662,64	11 791 158,58	-	11 791 158,58	0,00	0,00	11 791 158,58	35%
09. Venda de bens de investimento	42 000,00		821 485,39		821 485,39			821 485,39	1956%
10. Transferências de capital	12 356 676,00	88 412,44	4 887 623,15		4 887 623,15			4 887 623,15	40%
11. Ativos financeiros	82 050,00	410 250,20	82 050,04		82 050,04			82 050,04	100%
12. Passivos Financeiros	21 388 083,00		6 000 000,00		6 000 000,00			6 000 000,00	28%
13. Outras receitas de capital	10 000,00		-		-			-	0%
OUTRAS RECEITAS	192 134,07	0,00	284 803,25	0,00	284 803,25	0,00	0,00	284 803,25	148%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000,00		102 669,18		102 669,18			102 669,18	1027%
16. SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	182 134,07		182 134,07		182 134,07			182 134,07	100%
TOTAL	140 165 724,07	3 665 249,12	91 960 791,28	1 345 114,89	90 879 484,41	768 358,25	170 016,18	90 111 126,16	64%

DESCRIÇÃO	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Obrigações	Despesa paga de períodos anteriores	Despesa paga do período corrente	Despesas pagas líquidas de reposições	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental do período corrente
DESPESAS CORRENTES	87 845 990,00	62 849 075,31	40 039 212,27	1 181 463,36	36 409 112,61	37 552 384,81	22 809 863,04	2 486 827,46	41,44%
01. Despesas com o pessoal	35 401 354,00	16 055 840,09	15 955 818,23	361 445,82	14 907 190,11	15 264 185,30	100 021,86	691 632,93	42%
02. Aquisição de bens e serviços	26 793 150,00	23 524 697,30	12 466 628,28	774 319,50	10 377 016,29	11 121 858,04	11 058 069,02	1 344 770,24	39%
03. Juros e outros encargos	196 000,00	171 385,57	36 871,43	-	33 997,50	33 997,50	134 514,14	2 873,93	17%
04. Transferência correntes	24 075 986,00	21 990 660,39	11 082 254,69	45 327,92	10 666 868,24	10 708 303,50	10 908 405,70	373 951,19	44%
05. Subsídios	100 000,00	74 200,00	73 229,05	-	-	-	970,95	73 229,05	0%
06. Outras despesas correntes	1 279 500,00	1 032 291,96	424 410,59	370,12	424 040,47	424 040,47	607 881,37	370,12	33%
DESPESAS CAPITAL	52 008 400,00	35 067 028,31	14 257 838,54	106 546,86	13 420 343,08	13 520 753,31	20 809 189,77	737 085,23	25,80%
07. Aquisição de bens de capital	40 098 300,00	23 348 571,07	9 099 388,48	106 546,86	8 814 777,24	8 915 187,47	14 249 182,59	184 201,01	22%
08. Transferências de capital	5 219 000,00	5 146 718,68	2 078 457,23	-	2 078 457,23	2 078 457,23	3 068 261,45	-	40%
09. Ativos Financeiros	210 500,00	209 903,40	209 903,40	-	209 903,40	209 903,40	-	-	100%
10. Passivos Financeiros	5 600 100,00	5 482 840,89	2 856 016,23	-	2 303 132,01	2 303 132,01	2 626 824,66	552 884,22	41%
11. Outras Despesas de Capital	880 500,00	878 994,27	14 073,20	-	14 073,20	14 073,20	864 921,07	-	2%
TOTAL	139 854 390,00	97 916 103,62	54 297 050,81	1 288 010,22	49 829 455,69	51 073 138,12	43 619 052,81	3 223 912,69	35,63%

Adicionalmente, apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	jun/21	jun/20
Receita Total Disponível/Despesa Total Paga	1,76	1,07
Receita Corrente Cobrada/Despesa Corrente Cobrada	2,08	1,17
Receita corrente cobrada/Total de receitas cobradas	87%	81%
Despesa corrente paga/despesa total paga	74%	74%



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Conforme decorre da informação apresentada acima, o grau de execução verificado nas receitas e despesas de capital (quando comparado com o grau de execução verificado nas receitas e despesas correntes) acaba por ter um caráter intrínseco à natureza da atividade desenvolvida pelos Municípios.

Os indicadores anteriores refletem, em geral, uma execução orçamental equilibrada em termos globais, e sem oscilações significativas face ao período homólogo.

VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e orçamental disponibilizada pela entidade **Município de Braga** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente, apesar do processo de implementação do SNC-AP se encontrar ainda em curso. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável no período em análise, tendo em conta a natureza e características da sua atividade, e atendendo também ao atual contexto de pandemia por Covid-19 em que nos encontramos.

Braga, 10 de dezembro de 2021

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por